



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

A Crise climática, a onda conservadora e a educação ambiental: desafios e alternativas aos novos contextos

Gustavo Ferreira da Costa Lima¹

Resumo: O presente ensaio objetivou discutir questões globais prevalentes na contemporaneidade, como elas afetam o ambiente e a educação ambiental e que alternativas educadores e ambientalistas dispõem para responder a tais ameaças. Elegeu como questões globais a crise climática, a globalização neoliberal e a aceleração temporal da história. Para cumprir seu objetivo dialoga com a literatura que envolve os problemas considerados, com a Ecologia Política, o Pensamento da Complexidade e a Educação Ambiental Crítica. Conclui que, apesar dos desafios, os educadores ambientais têm recursos político-pedagógicos para resistir que passam pela mobilização da sociedade civil, pela redemocratização do Estado e pela promoção da participação social. Pedagogicamente é possível cultivar uma educação autonomista que se relacione com o mundo extraescolar e com o exercício da pedagogia de projetos.

Palavras-chave: questões globais; meio ambiente; educação ambiental.

The Climate crisis, the conservative wave and the environmental education: challenges and alternatives to the new contexts

Abstract: The present essay aimed to discuss global issues raised in contemporaneity, how they affects the environment and environmental education and what alternatives educators and environmentalists have to answer to such threats. As global issues, the study chose the climate crisis, neoliberal globalization and historical time acceleration. To achieve this objective it dialogues with fields of knowledge involved, with Political ecology, Complexity theory and Critical environmental education. It concludes that, despite the challenges, environmental educators have political pedagogical resources to resist such as mobilizing civil society, redemocratization of the State and the promotion of social participation. Pedagogically, it is possible to cultivate an autonomist education that relates to non-school world and with the exercise of project-based learning.

Keywords: global issues; environment; environmental education.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da mesma universidade. E-mail: gust3lima@uol.com.br

Introdução

O presente artigo se apresenta como um ensaio que objetiva discutir a relação entre questões globais prevalentes no mundo contemporâneo, o ambiente em geral e, em particular, o campo da educação ambiental. Pretende refletir como tais questões impactam e impõem desafios à vida humana e não-humana e ao avanço dos processos educativos orientados à questão ambiental. Indaga, nesse sentido: quais as principais ameaças globais contemporâneas para a sustentabilidade do ambiente e da educação ambiental? Como essas ameaças se cruzam e potencializam para degradar a vida humana e não-humana? Como atingem os esforços educativos para conter e transformar o rumo da degradação socioambiental testemunhada nesse princípio de século e de milênio? E, finalmente, que alternativas ambientalistas, educadores e cidadãos em contextos locais, nacionais e globais dispõem para deter as ameaças das crises atuais?

Para responder aos questionamentos elencados o ensaio dialoga com a literatura de áreas como: as mudanças climáticas globais, a educação ambiental, a globalização econômica, política e cultural e a reação dos governos, mercados e movimentos socioambientais à escalada da degradação social e ambiental contemporânea. Nesse sentido mobiliza aportes da Ecologia política, do pensamento de Complexidade, da Educação ambiental Crítica e de contribuições de David Harvey e Zigmunt Bauman sobre a Modernidade avançada. (BECK, 1992; MORIN, 1996; CRUTZEN, 2002; LIPIETZ, 2002; BAUMAN, 1999, 2003; CARVALHO, 2004; LITTLE, 2006; ACSELRAD; MELO, 2009; LIMA, 2009; ROCKSTRÖM et al., 2009; GIDDENS, 2010; VIOLA; FRANCHINI, 2012; HARVEY, 2012; ABRAMOVAY, 2012).

A Ecologia política ajuda a compreender o problema proposto porque incorpora à construção do debate os conflitos socioambientais, os efeitos dos diferentes modelos de desenvolvimento econômico-social sobre a sociedade e a natureza; a desigual distribuição social do acesso aos recursos naturais e dos riscos ambientais, ensejando a noção de justiça ambiental, e a formação de uma cultura marcada pelo pragmatismo, pelo individualismo e pela competitividade que decorre dos arranjos hegemônicos de poder econômico e político.

A visão de Complexidade agrega as noções de incerteza, multidimensionalidade e interdisciplinaridade inerentes aos novos problemas da Modernidade avançada, entre os quais a crise ambiental aparece como caso exemplar.

A Educação ambiental crítica volta-se à compreensão da relação entre educação, ambiente e sociedade, à construção de uma pedagogia autonomista e emancipadora na

trilha aberta por Paulo Freire (1996), à afirmação do aluno como sujeito do conhecimento, ao tratamento da crise ambiental como uma crise civilizatória, à incorporação dos conflitos e do caráter político dos problemas socioambientais e à formação de cidadãos ativos capazes de se posicionar frente a degradação social e ambiental decorrentes da crise percebida.

De Harvey (2012) e Bauman (1999, 2003) deseja-se explorar as considerações que tecem sobre a revolução tecnológica informacional, a aceleração temporal da história, a cultura de efemeridade e descartabilidade que decorrem dessa reestruturação do capitalismo, a centralidade do consumo na vida, na cultura e nas identidades dos indivíduos na contemporaneidade e sobre a perda do sentido de solidariedade.

Este ensaio se organiza em quatro seções incluídas a introdução e as considerações finais. Na segunda seção a análise elege três questões globais que incidem de modo especial sobre a questão ambiental contemporânea em geral e, em particular, sobre a educação ambiental. Na terceira seção o texto discute algumas alternativas possíveis de reação e resistência social às ameaças que aprofundam a crise ambiental ou que produzem a inércia em sua reversão.

A crise climática, a onda conservadora e a aceleração temporal da história: impactos biofísicos, sociais e culturais

Para entender a relação entre as questões globais, o meio ambiente e a educação ambiental este ensaio elegeu três eixos explicativos principais: a Crise climática diagnosticada pelo IPCC e pela quase unanimidade dos especialistas envolvidos com o tema (IPCC, 2007, 2014; MARENGO, 2008; GIDDENS, 2010); a Onda conservadora na economia, na política e na cultura, decorrente das quase quatro décadas de vigência e hegemonia (1980-2017) do ideário neoliberal ao redor do mundo (IANNI, 1998) e o processo de aceleração temporal da história, iniciado nas décadas finais do século XX como uma estratégia de reestruturação do capitalismo, após a crise econômica mundial de meados da década de 1970. Importa perceber que esses processos se entrecruzam potencializando efeitos econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais de grande alcance. Essa reação do capital à crise e em busca de maior rentabilidade conjugou a seu favor o processo de revolução tecnológica da informação e suas aplicações produtivas, das comunicações e dos transportes; uma maior velocidade na circulação dos capitais investidos visando elevar a produtividade e lucratividade perdidas com a crise e maior flexibilidade nos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, nos produtos fabricados

e nos padrões de consumo (HARVEY, 2012; BAUMAN, 1999). Portanto, a Crise climática iniciada com a revolução industrial e acelerada no pós-guerra com a intensificação do uso de combustíveis fósseis e com o modelo fordista de produção e consumo de massa (PÁDUA, 2012); a Onda conservadora deflagrada com a crise do Fordismo e do Estado de Bem-estar social nos anos 1970 e a aceleração temporal promovida pela reestruturação capitalista, no mesmo período, são aqui tratados como as principais questões globais a impactar o meio ambiente e a educação ambiental (HARVEY, 2012; VIOLA; FRANCHINI, 2012). Nas seções seguintes apresentam-se os argumentos que explicitam os impactos dessa conjugação de fatores críticos.

As mudanças climáticas, o ambiente e a educação

As mudanças climáticas são hoje consensualmente reconhecidas como o principal problema ambiental contemporâneo, pelos impactos já produzidos pelos eventos climáticos extremos, pelos riscos previstos em diversas áreas estratégicas da vida humana e não-humana como oferta de água e energia, segurança alimentar, saúde pública, sustentabilidade urbana, migrações, biodiversidade e produção econômica. Causa preocupação adicional porque atinge principalmente os setores mais vulneráveis da população, porque dificulta o combate à pobreza já existente e porque implica em uma urgência temporal que cresce com o aquecimento assim como os custos para intervir sobre o problema (IPCC, 2007, 2014; MARENGO, 2008; GIDDENS, 2010).

Para Rockström et. al. (2009) os impactos ambientais da expansão econômica vêm ameaçando e, em alguns casos, ultrapassando os limites seguros do desenvolvimento humano no sistema terrestre. Os autores identificam nove fronteiras planetárias, ou limites biofísicos, das quais sete são passíveis de quantificação: mudança climática, acidificação dos oceanos; ozônio; ciclo biogeoquímico do nitrogênio e fósforo; uso de água doce; mudanças no uso da terra; biodiversidade; poluição química e concentração de aerossóis na atmosfera. Segundo os pesquisadores, desses nove limites, três já teriam sido ultrapassados que são o ciclo do nitrogênio, o referente à emissão de carbono e mudanças climáticas e à perdas em biodiversidade. Ou seja, a humanidade já entrou em uma zona de risco que ameaça a estabilidade dos ecossistemas, indispensável à sobrevivência e ao desenvolvimento humano (ROCKSTRÖM, 2009; ABRAMOVAY, 2012; VIOLA; FRANCHINI, 2012). Por essa razão, Crutzen (2002) entre outros pesquisadores, têm defendido a hipótese do Antropoceno. Essa hipótese sustenta que o Planeta Terra, desde a Revolução Industrial, transitou gradualmente do Holoceno para a “Era do Antropoceno”,

dada a escala e velocidade dos efeitos da ação humana sobre a biosfera. Ou seja, a profundidade do impacto sobre os ecossistemas terrestres, alterando a atmosfera, a biosfera, os ciclos biogeoquímicos, o clima, o estado dos oceanos e das geleiras tem resultado em consequências não apenas localizadas e setoriais, mas sistêmicas. Concluem, portanto que o ser humano se tornou gradualmente, desde a Revolução Industrial iniciada em meados do século XVIII, a principal força dessa mudança global sistêmica. Outros autores, como Moore (2016) divergem da hipótese Antropoceno porque ela aponta para uma responsabilização genérica da espécie humana e porque oculta o papel das relações de poder, de classe, da exploração do trabalho e da acumulação de capital na produção histórica de degradação socioambiental planetária. Para Moore, a desigualdade, a mercantilização, a alienação e a violência resultantes do modo de produção capitalista têm se expandido globalmente, pelo menos desde o século XV. Considera, nesse sentido que o termo Capitaloceno é mais preciso e adequado para compreender o processo em curso. Naomi Klein (2014) com argumentos diferentes chega a mesma conclusão que Moore: o capitalismo, como sistema, é o principal responsável pelas crises climática e social da contemporaneidade. Entende que a saída para o problema climático não é possível no contexto do capitalismo, simplesmente porque os interesses das corporações, produtivas ou financeiras, são contrários à conservação da natureza e da dignidade da vida humana. Segundo a autora, ele é o sistema que mais desenvolveu as forças produtivas na história e, simultaneamente, o que mais produziu desigualdade social e degradação ambiental.

Nesse contexto, uma análise sintética sobre as iniciativas globais que os governos têm dedicado ao problema das mudanças climáticas não permite otimismo.

De um lado, prevalece um ambiente de inércia política motivada por uma atitude defensiva das corporações globais e dos estados nacionais, sobretudo, os do centro, em torno de seus interesses econômicos e de sua competitividade na geopolítica global. Esse obstáculo econômico-político tem sido a principal causa das sucessivas frustrações das conferências globais de meio ambiente e das Conferências das Partes – COPs, organizadas pela Nações Unidas para negociar entre os estados membro soluções e compromissos formais sobre o desafio climático.

Persiste, por outro lado, a ausência de um instituição global com força suficiente para arbitrar os conflitos climáticos, negociar compromissos, políticas de mitigação e adequação ao problema e impor sanções sobre temas climáticos. Um dos pontos da agenda da Rio + 20 era justamente o fortalecimento do PNUMA, como agência de governança ambiental global, com poderes normativos para monitorar os problemas, estabelecer

compromissos e tratados e limitar os excessos dos estados membros. Viola e Franchini mostram que essa meta, defendida por uma coalizão europeia liderada pela França, Alemanha, Reino Unido e países escandinavos foi inviabilizada pela oposição de outros países como Os Estados Unidos, a Rússia, a China e a Índia (VIOLA; FRANCHINI, 2012; GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

A invisibilidade dos efeitos da crise climática na vida cotidiana, apesar da ocorrência frequente de eventos climáticos extremos, é outro desafio relevante que também induz à inércia da população. Isto é, o público em geral tende a assumir atitudes de acomodação que ora associam as ameaças do clima a um futuro distante, ora a uma responsabilidade exclusiva dos governos que está fora do alcance dos indivíduos. Alguns fatores como as incertezas remanescentes sobre o tema, as controvérsias alimentadas por uma ciência negacionista ou por lobbies econômicos, o catastrofismo das notícias midiáticas, o apego ao imperativo do consumo, além do excesso de informação sobre o problema e a incapacidade de processá-las adequadamente contribuem para essa atitude de indiferença ante o problema. Diante da relativa invisibilidade dos riscos climáticos na vida cotidiana Giddens, alerta (2010) para o paradoxo de que as pessoas tendem, pelas razões elencadas, a não assumir ações práticas para reverter o problema, embora a espera para que as ameaças se tornem visíveis possa se revelar tarde demais para uma tomada de ação.

No contexto internacional, importa considerar o ressurgimento do ceticismo climático quando, o recém eleito, presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, nomeou para a direção da Agência para Proteção Ambiental do Meio Ambiente do país o promotor de Oklahoma Scott Pruitt, reconhecido negacionista e aliado declarado dos setores produtores de petróleo e carvão. Esse fato sinaliza que Trump pretende desfazer as iniciativas pró-ambientais formuladas pelo governo Obama (EL PAÍS, 2016). Recentemente, o presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Donald Trump anunciou a saída de seu país do último acordo climático firmado na 21ª Conferência do Clima – COP 21, em Paris em dezembro de 2015, por cerca de 130 países que representava uma luz no fim de um túnel de negociações controversas e malsucedidas até o momento.

A despeito de serem desafios de diversas ordens, níveis de abrangência e de elevada complexidade, tanto os movimentos ambientalistas quanto as atividades de educação ambiental, formais e não formais, têm um potencial de recursos de esclarecimento público, de interpretação crítica das ameaças presentes e futuras e de formação de redes de informação pedagógica e de ação política em relação ao problema.

A Onda Conservadora

O termo “Onda conservadora”, aqui utilizado, refere-se à expansão gradual da Globalização neoliberal ao redor do mundo, desde as décadas de 1980 e 1990² do século passado, que disseminou um ideário e um conjunto de práticas que conjugam o Estado mínimo e não interventor, a ampla liberação da economia de mercado, a privatização de empresas estatais, o estímulo de tecnologias poupadoras de tempo e trabalho, a redução drástica dos gastos com políticas públicas e sociais relativas à educação, saúde, habitação, proteção do emprego e dos direitos trabalhistas, transportes públicos, agricultura e previdência. Trata-se de uma estratégia política, econômica, tecnológica e cultural de reprodução ampliada do capital em escala global através da difusão de ideias e práticas diversificadas que favoreçam a competitividade, a produtividade e lucratividade dos investimentos privados (IANNI, 1998).

Os efeitos diretos dessa estratégia se refletem no desemprego, na precarização do trabalho, no achatamento salarial, na concentração de capital, na elevação da desigualdade social e da injustiça ambiental, no abandono dos bens e políticas públicas, entre os quais, os ambientais; na destruição das populações tradicionais e de seu legado cultural e na exclusão social, entre outros efeitos. Deduz-se, portanto, que o arranjo político-econômico neoliberal beneficia desproporcionalmente o capital privado, em especial, o capital financeiro, e produz efeitos regressivos sobre o Estado, a democracia, a cidadania, a participação, os direitos sociais e ambientais.

Nesse ponto, abandona-se perigosamente a política e a esfera pública, como campo da negociação onde se estabelecem prioridades e gerenciam conflitos, e abre-se espaço para relações sociais e de governança orientadas pelo poder e pelo dinheiro, em detrimento de outras considerações sociais, ambientais, culturais e éticas. A descrença e o desgaste da política e da democracia representativa abrem caminho para saídas autoritárias ou totalitárias e para um ambiente de intolerância que inviabiliza a cidadania, as liberdades civis, os direitos humanos, sociais e ambientais. Em seu diagnóstico das sociedades ocidentais contemporâneas, Habermas (1981) alerta-nos para os perigos da expansão da racionalidade instrumental e da dominação que essa impõe sobre a sociedade e a natureza, através dos meios do poder e do dinheiro. Para o autor, a razão instrumental produz a ampliação e autonomização dos sistemas econômicos e políticos que crescentemente transbordam seus limites de atuação invadindo o “Mundo da Vida” e resultando em sua

² A literatura sobre o tema identifica o estabelecimento do ideário e das políticas neoliberais no Brasil na década de 1990 com a eleição do Presidente Fernando Collor de Mello.

“Colonização”. O “Mundo da Vida” em Habermas corresponde, grosso modo, ao domínio da Sociedade Civil, onde se desenvolvem e organizam as relações sociais, a reprodução e a resistência cultural, as associações voluntárias e os movimentos sociais sob mediação de uma outra razão comunicativa. Desse diagnóstico o autor conclui que o papel da Sociedade Civil e dos movimentos sociais é a defesa e a preservação do Mundo da Vida contra a Colonização perpetrada pela expansão instrumental do Estado e do Mercado (HABERMAS, 1981; COHEN; ARATO, 1992).

Do ponto de vista cultural, o tipo de sociabilidade orientada pela díade economia/tecnologia e, expurgada de dimensões éticas, enseja uma cultura pragmática, imediatista, individualista, competitiva, consumista e de descartabilidade (HARVEY, 2012; BAUMAN, 2003). Ao promover tais valores, o ambiente cultural do neoliberalismo tende a abandonar valores e práticas como a solidariedade, a responsabilidade, a cooperação, os bens públicos, a reciclagem, a tolerância e o longo prazo. Diante do abandono de tais valores e da fragmentação social resultante resta indagar como é possível construir consensos, projetos de sociedade e movimentos de resistência em condições tão adversas?

A aceleração temporal da história

A aceleração temporal da história refere-se ao processo pelo qual o sistema capitalista, em busca de maior produtividade e rentabilidade, articulou a seu favor uma estratégia econômica e tecnológica de superação da crise econômica mundial dos anos 1970, através de mecanismos de reestruturação produtiva como a aplicação de novas tecnologias da informação, novos métodos gerenciais, um giro mais veloz do capital investido, métodos de produção orientados pela demanda, redução do estoque de mercadorias e o estímulo ao consumo de bens simbólicos ou materiais de curta duração. Esse impulso ao consumo verificou-se através da diferenciação dos produtos disponíveis no mercado; da multiplicação de novos serviços; do apelo à moda, do uso de cartões de crédito e do crédito ao consumidor, da mercantilização de bens culturais, esportivos e religiosos; da publicidade e da transformação do consumo em um elemento central na formação da identidade dos indivíduos. (HARVEY, 2012; VIOLA; FRANCHINI, 2012; VIRILIO, 1996, 1999). Essa aceleração que se inicia no sistema de produção e consumo transborda para a esfera sociocultural cotidiana, mediada pelas novas tecnologias e por uma cultura de efemeridade, obsolescência e descartabilidade que se estende para o conjunto das relações sociais. Por essa razão Bauman (2003) vai nomear a modernidade

contemporânea de líquida, já que, em tais contextos, nada dura o tempo suficiente para se consolidar e ganhar uma forma estável, relativamente ao mundo sólido da sociedade industrial. Incluem-se nesse padrão todos os fenômenos: as mercadorias, os hábitos, as relações de trabalho, de amizade e de casamento, as identidades, o conhecimento, as instituições, as noções de tempo e espaço, de passado e futuro, as utopias e crenças estabelecidas.

Do ponto de vista ambiental, essa intensificação da produção e do consumo reflete-se diretamente na exploração de recursos naturais e na produção de resíduos agravando a degradação preexistente.

Por outro lado, o fascínio e otimismo tecnológico, central na cultura pós-moderna, tende a privilegiar respostas técnicas em detrimento das éticas para quase todos os problemas sociais e ambientais emergentes. Isto é, o otimismo tecnológico se torna uma resposta funcional de manutenção do *status quo* na medida em que oculta o debate sobre as saídas éticas e políticas de resolução de problemas. Ou seja, inverte-se a ordem entre meios (técnicas) e fins (ética) propondo paliativos tecnológicos para problemas de maior complexidade. Discutindo o papel da tecnologia na modernidade avançada Giddens argumenta:

“A ciência e a tecnologia costumavam ser vistas como alheias à política, mas essa visão se tornou obsoleta... A tomada de decisão nesses contextos não pode ser deixada aos “especialistas”, mas tem de envolver políticos e cidadãos. Em suma, ciência e tecnologia não podem ficar alheias ao processo democrático. Não se pode esperar que os especialistas saibam automaticamente o que é bom para nós, tampouco podem eles sempre nos fornecer verdades inquestionáveis; eles deveriam ser convocados para justificar suas conclusões e planos de ação diante do escrutínio público” (GIDDENS, 1999, p. 68-69).

Do ponto de vista educativo, o ambiente cultural de aceleração também implica na produção e no consumo de informação excessiva, numa “obesidade informacional”, muitas vezes de péssima qualidade, prejudicial à concentração, à crítica e ao pensamento autônomo e favorável à reprodução do conhecimento e das ideias prontas produzidas pelas elites no poder, através das diversas mídias difusoras.

2. Alternativas aos novos contextos

Refletir sobre as alternativas disponíveis aos ambientalistas e educadores ambientais diante dos novos contextos e ameaças globais é refletir sobre o como reagir e resistir ao desafios acima apresentados. Significa pensar as possibilidades de mudança

social e de cursos de ação alternativos diante das crises do presente que, desde já, comprometem a qualidade do futuro humano sobre o planeta.

Nessa reflexão elencam-se algumas alternativas políticas e outras pedagógicas que, no entanto, não devem ser compreendidas como realidades separadas, mas antes articuladas. Por mais que pareçam distantes, as alternativas políticas aos novos contextos vão depender de ao menos três capacidades ético-políticas coletivas: fortalecimento da sociedade civil, redemocratização do Estado e da própria democracia e aprofundamento da participação social. Justifico-as a seguir.

É sabido que arena do Estado se orienta pela disputa e manutenção do poder e a arena do mercado pela máxima produtividade e lucratividade com mínimos custos. Ressalte-se que o Estado nas democracias liberais exerce um papel ambíguo porque sobrevive de impostos e da reprodução do capital pela iniciativa privada e tem, portanto, uma função auxiliar de apoio às empresas por via de criação de infraestrutura para a produção, da concessão de crédito ou subsídios e da implantação de políticas públicas, muitas vezes contrárias ao interesse e bem-estar da população³. Assim, em relação à degradação ambiental, o Estado acaba sendo, ao mesmo tempo, gerador de impacto ambiental, muitas vezes, de grandes proporções, e agente responsável pela gestão ambiental (HANNIGAN, 2009). Por outro lado, o Estado pode ser um instrumento poderoso de democratização quando conduzido para a promoção do bem-estar da maioria da população, para a defesa da cidadania e do estado de direito e para a redução da injustiça social e ambiental. E é poderoso porque, diferentemente do mercado, pode desenvolver políticas públicas e sociais subsidiadas para atender necessidades e carências sociais ou oferecer um serviço estratégico para a população. Portanto, quando os liberais e neoliberais atacam e desqualificam o Estado estão, na verdade, visando colocá-lo a seu favor, na defesa dos interesses privados em detrimento dos públicos. Assim, a sustentabilidade democrática depende não do abandono do Estado e de seu poder de intervenção, mas de sua redemocratização, de torná-lo transparente, eficiente e colocá-lo a serviço do interesse das majorias e da redução das desigualdades sociais e das injustiças ambientais.

Cohen e Arato (1992) definem a Sociedade civil como a esfera de interação social entre o Estado e a economia composta, sobretudo, pelo universo das relações familiares,

³ Vide políticas de incentivo ao consumo do automóvel individual, à construção de empreendimentos de grande impacto e risco como as usinas hidroelétricas, termoeletricas e nuclear, à pecuária extensiva e ao agronegócio que desmatam e poluem em grande escala.

pelas associações voluntárias, pelos movimentos sociais e meios de comunicação pública. Trata-se, assim, de um espaço social, relativamente autônomo, onde se desenvolve o associativismo civil, se empreendem ações, discutem e disputam questões orientadas à sociedade política para fins de reconhecimento legal, defesa de direitos e elaboração de políticas públicas. Assim, embora a Sociedade civil não represente exatamente o reino da virtude, porque também comporta motivações e movimentos fundamentalistas, antidemocráticos e segregacionistas - como atestam os velhos e neonazismos, os movimentos de supremacia branca, os fundamentalismos islâmicos - é, em relação às outras esferas referidas, a que mais oferece possibilidades de organização autônoma, democrática e dirigida ao interesse público não-estatal. Fortalecer, portanto, a sociedade, as associações civis e a formação de redes é uma estratégia importante para resistir às ameaças socioambientais que interessa a ambientalistas e educadores ambientais e representa um campo social de disputas onde estes podem trazer sua contribuição. Por outro lado, defender e fazer avançar a sociedade civil democrática é praticar a participação social na gestão pública, nas políticas e decisões de interesse coletivo, no cotidiano e na educação, seja ela formal, não-formal ou informal. A educação é um componente determinante na formação da cidadania e da cultura política de uma população e, promover a autonomia, a capacidade de pensar por si próprio, de se posicionar diante do mundo e tomar decisões, é a raiz de todo esse processo.

Essa é a alternativa pedagógica central: favorecer uma educação reflexiva que problematize as ameaças socioambientais em suas causas e efeitos. Uma educação que permita ao educando compreender a relação que se estabelece entre a sociedade e o meio ambiente em suas múltiplas dimensões. Quais são os principais impactos ambientais contemporâneos? Quais suas origens? Como se distribuem as responsabilidades de tais impactos entre os diversos agentes sociais? Que atividades econômicas e políticas públicas favorecem esses processos? De que maneira a cultura e os valores hegemônicos contribuem com atitudes e práticas predatórias? O que significam cidadania e justiça ambiental? Como o consumo e os estilos de vida afetam o ambiente? Como os modelos de desenvolvimento praticados se refletem sobre a vida socioambiental? Qual a pegada ecológica de cada indivíduo, cidade e país? Em que medida a felicidade das pessoas depende do consumo? O que é possível fazer individual e coletivamente para mudar o estado do ambiente e da sociedade? Essas e inúmeras outras questões podem abrir o debate e a compreensão dos problemas e favorecer a construção de respostas teóricas e empíricas aos contextos de crise.

No interior dessa estratégia reflexiva é possível recorrer a instrumentos pedagógicos valiosos como a pedagogia de projetos e as atividades que ponham em diálogo o contexto escolar e o extraescolar.

A pedagogia de projetos pode abordar problemas socioambientais locais significativos, como o clima urbano ou rural, a biodiversidade, as populações tradicionais, a qualidade dos rios urbanos, o saneamento básico, o uso de agrotóxicos, as implicações do consumo, a mobilidade urbana e as unidades de conservação. O recurso aos projetos, em primeiro lugar, articula a escola e o currículo com a sociedade e os problemas socioambientais. Permite, por outro lado, colocar o educando diante de um problema, exercitar a pesquisa e uma postura ativa diante dele, a construção coletiva do conhecimento com a facilitação do professor, o aprendizado pela experiência, a relação entre a teoria e a prática, a percepção da transversalidade do saber, a problematização de conteúdos significativos do tema investigado, entre outras potencialidades. A prática dos projetos também pode se desenvolver em diferentes escalas e tempos: integrar toda a escola, relacionar a escola e a comunidade, ocorrer em turmas ou grupos de alunos em prazos curtos, médios ou mais longos.

Quanto à relação entre o contexto escolar e extraescolar há igualmente uma multiplicidade de atividades possíveis com o potencial de promover encontros e alianças político-pedagógicas com grupos e práticas significativas, onde se cruzem a educação formal e a não-formal. É possível perceber que são aliados na luta ambiental os educadores, os ambientalistas – movimentos sociais e ONGs -, os agroecologistas, as comunidades tradicionais, os catadores de materiais recicláveis, setores das comunidades artística, científica e de comunicação, profissionais de saúde e certos gestores públicos, entre outros tantos. Entre esses potenciais aliados a escola pode promover visitas a esses grupos ou convidá-los para alguma atividade significativa na escola. Com essas práticas exercitam-se a interdisciplinaridade, a multidimensionalidade, a práxis educativa, a relação entre a escola e a comunidade externa, o diálogo entre grupos diferentes com laços comuns e a solidariedade. Ou seja, se, como vimos, vivemos em sociedades cada vez mais fragmentadas e dispersas com escasso potencial de solidariedade, de articulação, projetos e lutas comuns faz-se necessário encontrar pontos de contato e de reconexão de pessoas, grupos e ideias com objetivos comuns diante das ameaças sociais e ambientais vivenciadas. Na verdade, essas práticas já existem em diversos pontos da rede social, ocorre que existem em posição subordinada e podem ganhar mais espaço, visibilidade e força. O ambiente educativo pode ser um terreno fértil para essa expansão.

Considerações finais

Este breve ensaio discutiu o cenário de policrise que marca as sociedades contemporâneas, como essas crises afetam o ambiente e a educação ambiental e algumas possíveis alternativas a esses contextos recentes. São crises climática, ambiental, ética, política, educativa, do trabalho, da democracia, entre tantas outras. Viu-se, por outro lado, que as respostas ortodoxas às crises testemunhadas não têm a capacidade de revertê-las porque são parte do problema, das causas que os geraram. O receituário conhecido e praticado pelo neoliberalismo aponta para mais crescimento, mais consumo, mais segurança, mais tecnologia, mais competição, mais velocidade, mais produtividade e mais mercantilização. Há, por outro lado, por decorrência de tais escolhas, um grave déficit de ética, de responsabilidade, de solidariedade, de justiça social e ambiental, de cooperação, de democracia e de participação social. Considerando as dívidas ética e social da contemporaneidade Abramovay pondera: “A civilização contemporânea vive a explosiva combinação de evolução tecnológica rápida e evolução ética e social lenta” (Abramovay, 2012, p.1). Vê-se pois, qual o caminho da transformação necessária. Mas, por que meios, através de que movimentos e forças? Indicou-se aqui que o caminho da transformação tem mais possibilidades de se efetivar através dos recursos da sociedade civil e de sua articulação e que, nesse processo, a educação tem uma contribuição relevante a prestar. Promovendo a criatividade e o pensamento autônomo, exercitando a cidadania e a participação social, reconectando possíveis alianças na esfera pública, trazendo para o centro da agenda experiências alternativas positivas que já existem nas margens da sociedade e questionando o sentido da vida e da felicidade.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 21-33, jan/abr, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100003>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- _____. O sonho da Rio+20. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinia/33665-o-sonho-da-rio20.shtml>>. Acesso em: 15 mai. 2012.
- ACSELRAD, H; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BECK, U. **Risk Society**. Beverly Hills: Sage, 1992.
- CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- COHEN, J.; ARATO, A. **Civil society and political theory**. Cambridge: MIT Press, 1992.
- CRUTZEN, P. J. Geology of mankind: the Anthropocene: **Nature**, v. 415, p. 23, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**: Editora Paz e Terra, 1996.
- GIDDENS, A. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. dos R. da. Rio+ 20 ou Rio-20? crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 19-39, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000300003>. Acesso em: 21 fev. 2013.
- HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Boston: Beacon Press, 1981.
- HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2012.
- IANNI, O. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 12, n. 2, p. 27-44, 1998. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2016.
- IPCC AR4/SPM. **Contribution of Working Group I for the Fourth Assessment Report (AR4), Summary for Policy Makers (SPM)**, WMO/UNEP, Geneva, Switzerland, 2007.
- IPCC. **Climate Change 2014: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change: IPCC, Geneva, Switzerland, 2014. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_FINAL_full_wcover.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- KLEIN, N. **Isso muda tudo: capitalismo Vs. clima**. London: Allen Lane, 2014.
- LIMA, G. F. da C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 145-163, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a10v35n1.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2009.
- LIPIETZ, A. **A ecologia política: solução para a crise da instância política?** In: ALI-MONDA, H. (ed.) **Ecologia política**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 15-26.
- LITTLE, P. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a05v1225.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

- MARENGO, J. A. Água e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 83-96, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a06.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2009.
- MOORE, J. W. (Ed.). **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, History, and the Crisis of Capitalism: PM Press, 2016.
- MORIN, E. (org). **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Publicações Europa-América, 1996.
- PÁDUA, J. A. Vivendo no antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. In: Oliveira, L. A. **Museu do amanhã**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/livro/10-vivendo-no-antropoceno.html>>. Acesso em: 07 mar. 2016.
- _____. A. O papel do Brasil no Antropoceno 3.0. (Entrevista) **Página22**, FGV, p. 8-13, out/nov, 2016.
- PEREDA, C. F. Trump escolhe negacionista da mudança climática para dirigir agência do meio ambiente dos EUA. **El País**, Washington, 09 dez. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/08/internacional/1481165064_394182.html>. Acesso em: 17 mai 2017.
- ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and Society**, v. 14, n. 2, p. 32, 2009. Disponível em: <<https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>>. Acesso em: 08 jun. 2010.
- VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Sistema internacional de hegemonia conservadora: O fracasso da Rio + 20 na governança dos limites planetários. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. xv, n. 3, p. 1-18, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n3/a02v15n3.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2013.
- VIRILIO, P. **Velocidade e Política**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996.
- _____. **A Bomba Informática**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999.

*Submetido em: 31-07-2017.
Publicado em: 30-09-2017.*